



Sindicância apura que não houve vazamento na CPI

Comissão de sindicância foi instalada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a pedido do presidente da CPI, Vital do Rêgo, após denúncia publicada na imprensa

A comissão de sindicância concluiu que não houve nenhum

indício de vazamento de informações privilegiadas, de documentos internos da CPI ou de minutas de

questionamentos que seriam formulados aos depoentes e decidiu pelo arquivamento do processo. **3**

Proposição proíbe testes de cosméticos em animais **4**

Interlegis vai transferir tecnologia para Guiné-Bissau **2**

Comissão vota teto para taxa por alteração de voo **3**



Prefeitura de Jundiaí

Restrições à mamografia dificultam o diagnóstico precoce do câncer

Projeto agiliza exame de mamografia no SUS

O PLS 60/2014, de autoria de Antonio Carlos Rodrigues, facilita a realização de exame mamográfico de rastreamento na rede do SUS. De acordo com o texto, mulheres acima de 40 anos poderão

fazer o exame sem necessidade de apresentação de pedido médico. O projeto, que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, aguarda parecer de Lúcia Vânia. **4**

Proteção ao Cerrado mobiliza servidores



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O Núcleo Socioambiental do Senado promoveu, na semana passada, visita de servidores ao Jardim Botânico de Brasília. Iniciativa visa à conscientização sobre a importância do Cerrado, que ocupa 25% do território nacional e o segundo maior bioma do país. **4**

Servidores passam por trilha de 4,5 quilômetros no Jardim Botânico de Brasília

Proposta garante assistência para universitários pobres **3**

Atos de homofobia geram repúdio de comissão

O assassinato de um jovem homossexual em Goiás e o ataque a um local no Rio Grande do Sul onde estava previsto casamento gay motivaram nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos. No texto, a senadora Ana

Rita defende a criminalização da homofobia e a aprovação urgente de uma lei que equipare a discriminação por orientação sexual ao racismo. Proposta nesse sentido tramita em conjunto com o novo Código Penal. **3**

Comunicação do Senado

Secom | Criativo/Marketing

É fácil se informar



Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: www.senado.leg.br/noticias

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Área de tecnologia do Interlegis está programando migração do portal da Assembleia da Guiné-Bissau para a nova versão. Instituição já conta com o apoio do Legislativo brasileiro para a modernização

Brasil ajudará Guiné-Bissau a modernizar Parlamento

O SECRETÁRIO-GERAL DA Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau, José Carlos Rodrigues da Fonseca, pediu que o Programa Interlegis ajude a modernizar o funcionamento da instituição, sobretudo quanto ao uso da tecnologia e da documentação legislativa. Ele foi recebido na manhã da quinta-feira pelo diretor-adjunto do ILB/Interlegis, Daniel Habib, quando teve a oportunidade de ver uma apresentação sobre a nova versão do Portal-Modelo para internet, desenvolvida pelos técnicos do programa.

Fonseca aproveitou a reunião dos secretários-gerais dos parlamentos de países de língua portuguesa, realizada na semana passada na Câmara dos Deputados, para discutir o estreitamento da cooperação entre os dois parlamentos — o site da assembleia, na verdade, está hospedado no centro de dados do Interlegis há muitos anos, mas não passou por atualização.

— Precisamos pensar na instituição, o que não vem acontecendo ao longo dos anos — disse ele, atribuindo



Representantes da Guiné-Bissau reúnem-se com servidores do Interlegis

a situação à instabilidade política do seu país, um dos mais pobres do mundo, assolado por diversos golpes de Estado.

Migração

O coordenador de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo, Francisco Biondo, também presente à reunião, informou que a área de tecnologia do Interlegis já está programando a migração do portal da assembleia para a nova versão. Enquanto isso ocorre, o presidente da ANP deverá enviar um ofício para pedir a renovação da cooperação, segundo Daniel Habib. Fonseca garantiu que enviará a resposta assim que receber o processo de Brasília. A única coisa que nem o

Senado nem a Câmara puderam responder positivamente foi ao pedido de doação de computadores.

— Temos guineenses espalhados pela África e também pela Europa e eles, às vezes, não têm como saber notícias de seu país — lembrou Fonseca.

O técnico do setor de TI do Interlegis Márcio Mazza demonstrou como o novo Portal-Modelo é fácil de instalar e manusear, mesmo que não haja pessoas com conhecimentos profundos de informática. Na apresentação, ele mostrou que o portal é flexível para atender qualquer Casa legislativa, podendo se adaptar às suas necessidades e prioridades.

Aluno poderá ter acesso livre a museus

Os estudantes brasileiros matriculados em cursos de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda poderão passar a ter o benefício de entrada gratuita nos museus e demais instituições museológicas do Sistema Brasileiro de Museus. Essa é a proposta de Inácio Arruda (CE) e Vanessa Grazziotin (AM), ambos do PCdoB, apresentada por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) 49/2014.

O projeto acrescenta artigo à Lei 11.904/2009, que criou o Estatuto dos Museus, para determinar que o “acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Bra-

sileiro de Museus é gratuito” aos estudantes dos cursos mencionados. Estabelece ainda que a comprovação do direito à gratuidade será feita pela apresentação de carteira estudantil.

Os autores do texto argumentam que museus são “equipamentos culturais tradicionais” e “espaços privilegiados para a formação humanista”. De acordo com eles, mais de 65% dos municípios com população entre 20 mil e 100 mil habitantes ainda não possuem museus.

“O Brasil assegura, constitucionalmente, que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos cul-

turais e acesso às fontes da cultura nacional, o que leva à necessidade de facilitar o acesso aos museus. Assim, é primordial que as instituições museológicas abram, prioritariamente, os acervos aos estudantes das áreas de artes, particularmente a musical, a visual e a audiovisual, mas também aos acadêmicos de design e de moda. São esses os futuros mediadores do acesso à cultura comunicada pelos museus”, afirma a justificativa do projeto.

O PLS 49/2014 tramita em caráter terminativo na Comissão de Educação e Cultura (CE), onde aguarda relatório de Ângela Portela (PT-RR).

Congresso adere a campanha pela vida

Todos os anos, cerca de 12 mil pessoas se suicidam no Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Do dia 10 até ontem, uma campanha nacional em defesa da vida, idealizada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), deixou iluminadas de amarelo as fachadas de prédios públicos em todo o país, inclusive o Palácio do Congresso.

A campanha marcou o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, celebrado em 10 de setembro, e teve como objetivo desfazer o tabu e ajudar médicos a identificar, tratar e instruir pacientes. Para isso, serão lançadas, em outubro, publicações com informações sobre o perfil de potenciais suicidas, quadros que podem levar ao suicídio e onde buscar orientação.

Além da iluminação amarela, os organizadores da campanha sugeriram que fossem colocados balões amarelos em janelas, portas e portarias de prédios comerciais e residenciais.

De acordo com a OMS, cerca de 800 mil pessoas se suicidam por ano em todo o mundo. Para a ABP e o CFM, falta uma política de atenção, com infraestrutura e recursos humanos suficientes para ajudar quem sofre com estresse, depressão e esquizofrenia, transtornos que podem levar ao suicídio.

No Brasil, segundo a OMS, houve um crescimento de 10,4% no número de suicídios entre 2000 e 2012. A alta é de 17,8% entre mulheres e de 8,2% entre os homens. A mortalidade de pessoas com idade entre 70 anos ou mais é maior, de acordo com a pesquisa.



A cúpula do Senado recebeu iluminação especial amarela até ontem

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvia Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sindicância foi aberta a pedido do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras após revista apontar esquema de combinação prévia de perguntas e respostas envolvendo servidores do Senado

Investigação na CPI descarta vazamento de perguntas

A COMISSÃO DE sindicância instaurada no Senado para apurar denúncias de conduta inadequada de servidores no âmbito da CPI da Petrobras concluiu pelo arquivamento do processo. Os membros da comissão entenderam que “não houve indício de vazamento de informações privilegiadas, de documentos internos da CPI ou de minutas de questionamentos que seriam formulados aos depoentes”. A Diretoria-Geral do Senado recebeu na quinta-feira o relatório da comissão.

A sindicância foi pedida

pelo presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e determinada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, depois que a revista *Veja* sugeriu a existência de um esquema de combinação prévia de perguntas com pessoas chamadas a depor à comissão.

Nota emitida na sexta-feira pela Diretoria-Geral relata que a comissão funcionou por 37 dias, tomou 14 depoimentos, investigou as caixas postais de correio eletrônico dos envolvidos, verificou o controle de acesso aos arquivos eletrônicos confidenciais,

examinou os documentos utilizados como subsídio das reuniões da CPI e analisou os vídeos dos depoimentos, “por diferentes câmeras, bem como o vídeo que originalmente fundamentou a denúncia”.

Comissão mista

Em relação à outra CPI que investiga a Petrobras, a mista, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve solicitar ao ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki que não libere a ida do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. O depoimento está marcado para quarta-feira, quando os parlamentares esperam que ele confirme as denúncias feitas em delação premiada sobre a participação de políticos no esquema de lavagem de dinheiro com recursos da estatal.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), admitiu que a CPI mista poderá adiar o depoimento, já que a delação premiada ainda não acabou e a oitiva dele poderia invalidar todo o processo, que precisa ser mantido sob sigilo.



Pedro Franco/Agência Senado

Para Ana Rita, crimes como os da semana passada não podem ser tolerados

Comissão do Senado repudia atos de homofobia

Em nota divulgada na sexta-feira, a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), repudiou os atos de homofobia e a “nova onda de agressões” que resultou no assassinato de João Antônio Donati, de 18 anos, em Inhumas (GO), e no ataque a um centro de tradições gaúchas (CTG) em Santana do Livramento (RS).

O corpo de Donati, homossexual assumido, foi encontrado em um terreno baldio, no dia 10, com o pescoço quebrado, diversos hematomas e a boca cheia de papel e sacola plástica. Já a sede do CTG foi incendiada por quatro homens, na madrugada do dia 11, após ser anunciada a celebração no local de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

A senadora afirmou que situações como essas não podem mais ser toleradas e devem ser investigadas e combatidas pela polícia e pelo Judiciário. Para Ana Rita, os responsáveis “devem ser punidos com rigor”, pois o combate à impunidade contribui para a redução da violência e a criação de uma cultura de direitos humanos.

Ela defendeu ainda a criminalização da homofobia e a aprovação urgente de uma lei que equipare a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ao racismo.

A nota informa ainda que a CDH vai solicitar informações das autoridades competentes

sobre os casos ocorridos em Goiás e no Rio Grande do Sul.

A nota lembra que a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) é vítima de homicídios, ofensas, agressão verbal, discriminação na escola, no trabalho, na rua e de agressões físicas. E cita estatísticas do Grupo Gay da Bahia (GGB) segundo as quais a cada 36 horas um homossexual é assassinado no país. Cerca de 70% dos casos de homicídios de pessoas LGBT ficam impunes.

Proposta

No texto, a senadora reafirma o apoio ao projeto nesse sentido da deputada Iara Bernardi (PT-SP). O PLC 122/2006 é examinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde tramita com o projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012), cujo relator é o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

A aprovação enfrenta resistências, principalmente de lideranças evangélicas. Para reduzir a polêmica, Paulo Paim (PT-RS) apresentou, na CDH, substitutivo que amplia a punição para preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de pessoa idosa ou com deficiência. Na avaliação dele, o novo texto acomoda os interesses dos diversos grupos. Paim retirou do projeto a palavra “homofobia”.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Diretor do Senado, Luiz Fernando Bandeira (3º à esq.) recebe relatório da apuração

Projeto estende assistência a universitários

Está pronto para ser votado na Comissão de Educação (CE) projeto de lei do Senado que dispõe sobre a assistência estudantil na educação superior. A proposta, de autoria da Comissão de Direitos Humanos (CDH), foi elaborada a partir de sugestão de Samara Barbosa, participante do Projeto Jovem Senador.

O PLS 440/2012 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para assegurar aos estudantes de baixa renda auxílio-moradia,

auxílio acadêmico, auxílio-transporte e auxílio-alimentação, entre outros benefícios de assistência estudantil, na educação superior.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da proposta na CE, lembra que a LDB dispõe sobre a assistência estudantil apenas na educação básica, silenciando no que diz respeito aos níveis posteriores. O senador observa que os custos de manutenção no ensino superior são bastante consideráveis e os jovens de

baixa renda, mesmo quando cursam universidades públicas e gratuitas, encontram dificuldades para se dedicar integralmente aos estudos.

“O espírito da proposição não se resume ao benefício individual, uma vez que o estudante que receber assistência terá mais condições de concluir o curso, reduzindo os custos decorrentes das vagas tornadas ociosas em virtude da evasão”, explica o senador em seu relatório.

Aguarda votação final limite para taxa por alteração de voo

Aguarda votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que limita a taxa cobrada por alteração de voo. Pela proposta (PLS 757/2011), a empresa aérea é autorizada a cobrar taxa de serviço, mas limitada a percentual de 5% ou 10% da tarifa paga.

A taxa de 5% deverá valer para os pedidos feitos, no mínimo, com cinco dias de antecedência da data da viagem. Nos demais casos, a taxa será de 10% do valor pago.

A regra, a ser incluída no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/1986), foi sugerida por uma

de três emendas apresentadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ao projeto original de Pedro Taques (PDT-MT). As alterações foram encaminhadas no turno suplementar de votação da proposta e acolhidas pelo relator, Sérgio Petecão (PSD-AC).

Pelo substitutivo ao PLS 757/2011, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a imposição de limite às taxas de serviço beneficiaria o passageiro que pedisse tanto o cancelamento da viagem quanto a alteração de voo. A solicitação teria de ocorrer dentro do prazo de validade do bilhete aéreo e a taxa, ser aplicada

sobre a quantia efetivamente paga.

Tal previsão foi alterada, entretanto, por outra emenda de Aloysio, que restringe o direito de restituição parcial do valor pago exclusivamente ao cancelamento de voo. O parlamentar argumentou que a correção feita pela emenda dele é uma “decorrência lógica”.

“O passageiro que requer a alteração de voo pretende efetivamente usar do serviço de transporte aéreo, o que não justificaria a restituição do valor pago, sob pena de perenizar uma injustiça material”, considera.

A última emenda apresentada tratou

de alterar a ementa do substitutivo ao PLS 757/2011. Assim, as mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica terão o objetivo de regular a cobrança de taxa em caso de alteração de voo e restituir a quantia paga por bilhete aéreo em caso de cancelamento da viagem pelo passageiro.

No parecer favorável às emendas, o relator avaliou que os ajustes propostos aprimoram a redação sem modificar o conteúdo.

Se o substitutivo com as emendas for aprovado na CCJ em turno suplementar, seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Grupo do Senado Federal participou de visita ao Jardim Botânico de Brasília para marcar o Dia do Cerrado. Iniciativa tem como objetivo a educação ambiental dos servidores

Jardim Botânico tem atividades com servidor

SERVIDORES DO SENADO Federal participaram na quinta-feira de visita ao Jardim Botânico de Brasília. A ação fez parte das comemorações do Dia do Cerrado, em 11 de setembro, e contou com uma oficina para aproveitamento do material descartado naturalmente pela vegetação, como folhas e gravetos.

O Jardim Botânico possui mais de 5 mil hectares de Cerrado preservado a apenas 15 minutos do centro da capital federal. No espaço, aberto à visitação, é possível encontrar plantas nativas e exóticas identificadas e uma trilha ecológica de 4,5 mil metros.

A diretora-adjunta do Jardim Botânico, Aline De Pieri, recebeu o grupo e destacou a importância da ação, que contou com 29 servidores pela manhã e 24 no período da tarde.

— A oficina é para mostrar às pessoas que muitas folhinhas, gravetos que são descartados pela natureza podem ser aproveitados para melhorar o ambiente da sua casa. A florzinha seca, a folha que cai no jardim podem servir para a gente fazer esses aromatizadores. A ideia da oficina é proporcionar um dia de interatividade, para que os grupos possam levar uma lembrança

do Jardim Botânico — disse.

A diretora do Núcleo Socioambiental do Senado, Andrea Bakaj, responsável pela organização da visita, também lembrou da importância de preservar o bioma.

— Hoje a gente está comemorando o Dia do Cerrado, que é um bioma que tem sido agredido por todos, devido ao tamanho dele. Então a gente traz como uma proposta de educação ambiental — completou.

As servidoras Eliane Cavalcanti e Cilene Carmargos participaram da oficina e gostaram.

— É uma novidade, todos deviam aproveitar essa oportunidade, muito bonita — celebrou Eliane.

— Eu sou apaixonada pelo Cerrado, sempre que eu posso eu procuro estar conhecendo e também plantando, eu estou fazendo uma miscelânea de casca de árvores e folhas. É uma boa oportunidade, é um presente — afirmou Cilene.

No sábado, mais um grupo de 21 servidores fez a visita ao Jardim Botânico, com trilha e participação em mais uma oficina para construção de terrários e de pequenas hortas caseiras.



Servidores participam de oficina de aromatizadores de ambiente em visita ao Jardim Botânico

Cerrado é segundo maior bioma

O Cerrado ocupa 25% do território nacional, com 207 milhões de hectares que abrigam 5% da diversidade de todo o planeta. Berço das águas no coração do Brasil, sua preservação se impõe diante das mudanças climáticas. Dados do Ministério do Meio Ambiente apontam redução de quase 50% da vegetação nativa

do Cerrado. Para o secretário de Biodiversidade e Florestas do ministério, Roberto Cavalcanti, se nada for feito, em 40 anos todo o bioma pode estar extinto.

— Não é uma questão de conservação ou não, mas de assegurar o desenvolvimento sustentável — concluiu.

Proposta facilita mamografia no SUS

De autoria do senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 60/2014 dispensa da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do SUS. A matéria tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda parecer da re-

latora, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O projeto altera a Lei 11.664/2008, que estabeleceu a obrigatoriedade de o SUS assegurar a realização da mamografia para todas as mulheres acima dos 40 anos. De acordo com os dispositivos acrescentados pela proposta de Rodrigues, as mulheres acima dessa idade poderão

fazer exame mamográfico no SUS sem apresentar pedido médico.

O projeto estabelece que regulamentação posterior definirá a periodicidade dos exames, bem como a possibilidade de a dispensa do pedido médico ser estendida para serviços contratados ou conveniados ao SUS.

Rodrigues lembra, na justificativa do projeto, que o câncer de mama causou a morte de mais de 13 mil mulheres no Brasil em 2011 e que a estimativa é de mais de 57 mil novos casos diagnosticados em 2014.

“As taxas de mortalidade continuam elevadas no Brasil, e uma das razões para que isso aconteça é que aqui a doença ainda é diagnosticada tardiamente. A dificuldade de acesso ao exame mamográfico é um dos fatores que dificultam o diagnóstico precoce do câncer de mama”, afirma o senador.

Texto veda animais em testes de cosméticos

Pode ser aprovado ainda este ano o PLS 45/2014, que proíbe o uso de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal. A proposta, de autoria do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), aguarda a designação de relator na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), onde será apreciada em decisão terminativa. O texto de Alvaro altera a lei que estabeleceu procedimentos para o uso científico de animais (Lei 11.794/2008) para vedar “a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal”.

De acordo com ele, esse tipo de proibição é “uma tendência mundial”, visto que a União Europeia já proibiu essa prática.

“Já existem diversas alternativas para avaliações de segurança nessas pesquisas, a exemplo da modelagem

biológica e de métodos ‘in vitro’ baseados no cultivo de células, sem a necessidade de submeter animais a procedimentos cruéis”, diz Alvaro na justificativa do PLS.

O PLS 45/2014 está sendo analisado em conjunto com o PLS 438/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que também trata do assunto. A proposta de Raupp muda a mesma lei para determinar que os testes com animais para a produção de cosméticos não sejam considerados como pesquisa científica.

Ao justificar seu projeto, Raupp acrescenta que também Índia, Israel e Canadá não aceitam mais testes em cobaias animais para fins cosméticos.

“Os cosméticos apresentam uma gama maior de métodos que torna possível, em muitos casos, evitar o uso de animais. Assim, entendemos que o teste de cosméticos em animais é uma prática ultrapassada”, opina o senador.



A mamografia é essencial para a detecção precoce do câncer de mama em mulheres

Projeto cria dia do empregado sindical

O dia 9 de maio pode ser destinado à comemoração do Dia Nacional do Empregado Sindical. É o que estabelece o PLC 54/2014, que está pronto para ser votado na Comissão de Educação (CE), onde conta com o apoio do relator, Paulo Paim (PT-RS).

O autor do projeto, deputado José Stédile (PSB-RS), argumenta que os trabalhadores em entidades sindicais (sindicatos propriamente ditos, federações, confederações ou

centrais sindicais) têm dado uma importante contribuição para o avanço do mundo do trabalho.

Na justificativa da proposta, Stédile lembra que nos períodos da ditadura — quando os sindicatos sofreram intervenção e dezenas de dirigentes foram presos e até exilados — foram os trabalhadores que ficaram dentro do sindicato, “enfrentando o medo e a truculência da ditadura e, mesmo assim, cumprindo com

suas obrigações”. Segundo o deputado, foram muitos os trabalhadores em entidades sindicais que, assim como os sindicalistas, sofreram com a ditadura.

Para o autor, garantir o Dia do Empregado Sindical em âmbito nacional é motivar uma categoria de extrema relevância para o mundo do trabalho, assim como retribuir o que esses trabalhadores fazem em prol de milhares de outras categorias.



Na União Europeia, o uso de animais em testes de cosméticos já é proibido